

A RELIGIÃO ESTÁ DE VOLTA: COMO SE DEU? MODOS E MOTIVOS

Camilo José Jimica¹

RESUMO: Egidio Romano, Salvani, Guilherme de Ockham, Frei Betto colocaram sob suspeita algumas teses da oikonomia, e conseguiram, com isto, explicar a questão cadente dos trabalhos sobre a genealogia da passagem de conceitos religiosos para os políticos em Giorgi Agamben. O debate, hoje, pode talvez parecer uma mera elucubração de outros tempos, mas é bom recordar que, nele, atingia-se diretamente a própria Igreja, cuja riqueza estava sendo questionada: uma Igreja rica estava longe da perfeição evangélica e nem mesmo era a Igreja de Cristo – diziam os hereges. Assim, de século em século, de época em época, a cada questão cadente que o inimigo de Deus e do gênero humano fez sair incadente das forjas infernais, destinou a Providência um homem, ou muitos homens que como martelos de grande potência, batessem forte sobre tais erros cadentes. E, para Salvani, bater sobre o erro cadente é bom bater, sobre erro frio não, porque é bater debalde. Muitas são as perguntas que em várias épocas não se parou de fazer: Existe hoje algo que se chama Economia? A religião está de volta? Como se deu esta passagem, quais os modos e motivos pelos quais o poder passou a adquirir este caráter? Esta é uma questão central na investigação de Giorgio Agamben, na obra “O Reino e a Glória”. Certamente e parece que nos demoremos na demonstração deste problema. Em vários períodos reinou soberana uma economia liberal fundada num dualismo entre política e religião, espaço público e vida privada, profana e sagrada. Mesmo entre correntes de pensamento críticas do liberalismo. Segundo Joanildo A. Burity, este dualismo se colocava com força: estava reservado à religião um papel subordinado na configuração da sociedade contemporânea. Enfim, nesta investigação constatamos uma mudança histórica, que contribuiu para uma configuração do religioso que opera segundo uma lógica de deslocamento e ressignificações de fronteiras público/privado. Demonstraremos como esta lógica funcionou de modo a alterar ou provocar um realinhamento na relação entre política e religião, isto é, dedicarmo-nos ao exame da questão de como a redefinição das fronteiras dissolveu ou deslocou o sentido do político e do religioso- fundamentalmente desterritorializando-os e, em parte, desinstitucionalizando-os.

Palavras chaves: Religião. Economia. Política. Agamben. Salvani.

ABSTRACT: Egidio Romano, Salvani, Guilherme de Ockham, Frei Betto had placed under suspicion some thesis of the oikonomia, and had obtained, with this, to explain the cadent question of the works on the genealogy of the passage of religious concepts for the politicians in Giorgi Agamben. Perhaps the debate, today, can opinion a simple lucubration of other times, but it is good for remembering that, in it, the proper Church was reached directly, whose wealth was being questioned: a rich Church was far from the evangelical perfection and not even it was the Church of Christ – the heretics said. Thus, of century in century, of time at time, to each cadent question that the enemy of God and the human sort made to leave cadent the forges infernal, he destined the Step a man, or many men that I eat major power hammers, beat fort on such cadent errors. And, for Salvani, to beaton makes a mistake cadente it is good for beating, on makes a mistake cold not, because it is to beat in vain. Many are the questions that at some times were not stopped to make: Exist today does something that calls Economy? Is the religion in return? How given this passage, which the ways and reasons for which the power started to acquire this character? This is a central question in the investigation of Giorgio Agamben, the work “the Kingdom and the Glory”. Certainly and it seems that in let us delay them in the demonstration of this problem. In some periods a liberal economy established in a dualism between politics and religion reigned sovereign, public space and private, profane and sacred life. Exactly between critical chains of thought of liberalism. According to Joanildo A. Burity, this dualism was placed with force: a paper subordinated in the configuration of contemporary society was reserved to the religion. At last, in this investigation we evidence a historical change, that contributed to a configuration of the religious one that it operates according to a logic of private displacement and new meanings of borders public. We will demonstrate as this logic functioned in order to modify or to provoke a realignment in the relation between politics and religion, this is, to dedicate it the examination to the question of how the redefinition of the borders reset or shifted the sense of political and of religioso-fundamentally “uniting” (desterritorializando) them and, in part, “collapsing the institutions” (desinstitucionalizando) them.

Keywords: Religion. Economy. Politics. Agamben. Salvani.

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista do CNPq. E-mail: jimicamilo@hotmail.com. Contato (51) 84578658.

1 INTRODUÇÃO

Assim, de século em século, de época em época, a cada questão cadente que o inimigo de Deus e do gênero humano fez sair incadescendente das forja infernais, destinou a Providência um homem, ou muitos homens que como martelos de grande potencia, batessem forte sobre tais erros cadentes. E bater sobre o erro candente é bom bater, sobre erro frio não, porque é bater de balde².

Martelo das teses de uma Oikonomia das relações sociais foi à crítica de Hannah Arendt à crescente presença do biológico e do econômico no lugar da esfera pública e política; Do biopoder e do surgimento a partir do século XVII, de uma administração da vida e da morte³, Michel Foucault. Da política oriunda da secularização de aspectos teológicos, a ligação secularizada e racionalizada entre o poder e o discurso teológico na modernidade, Carl Schmitt⁴. Da tese da unidade lógica e específica, dos vários graus que pode haver e há dentro da unidade específica do liberalismo, D. Felix Sardá Y Salvani.

Assim, conseguem os utilitaristas figurar, segundo lhes convém, um pouco em cada campo fazendo fazer por aparecer em ambos como amigos e filiados (quer dizer, observamos com efeito que costumam ser católicos liberais os católicos que vão deixando de ser firmes católicos⁵, e os liberais puros que desenganados em parte de seus erros, não acabaram todavia de entrar em cheio nos domínios da verdade íntegra).

Assim pode finalmente o homem dar um como paliativo oficial e reconhecido à maior parte de suas fraquezas e inconseqüências. *Talvez não tenha sido ainda devidamente estudada por este lado a presente questão, na história antiga e contemporânea*; lado, que, se o menos nobre, é por isso mesmo o mais prático, já que por infidelidade, no menos nobre e elevado é que muitas vezes se encontra o mecanismo secreto da maior parte dos fenômenos humanos. *Pela nossa parte*,

² SALVANI, 1887/1949, p. 11

³ “O conceito de Führung aparece aqui como uma secularização do paradigma pastoral, que elimina seu caráter transcendente. Contudo, para subtrair a Führung do modelo governamental, Schmitt é obrigado a atribuir um alcance constitucional ao conceito de raça, pelo qual o elemento impolítico – o povo – é politizado no único modo possível segundo Schmitt: fazendo da igualdade de estirpe o critério que, separando o estranho do igual, decide a cada vez quem é amigo e quem é inimigo. Não sem analogias com a análise que Foucault desenvolverá em Em defesa da sociedade, o racismo torna-se assim o dispositivo pelo qual o poder soberano (que, para Foucault, coincide com o poder de vida e morte e, para Schmitt, com a decisão sobre a exceção) acaba reinserido no biopoder. Desse modo, o paradigma econômico-governamental acaba reconduzido a uma esfera genuinamente política, em que a separação entre os poderes perde seu sentido e o ato de governo (Regierungakt) cede lugar à atividade única “pela qual o Führer afirma seu Führertum supremo” (AGAMBEN, 2011, p. 91).

⁴ Tratava-se, pois, de um primeiro passo na direção de uma ciência que ainda faltava, dedicada à história dos aspectos cerimoniais do poder e do direito, uma espécie de arqueologia política da liturgia e do protocolo, que poderíamos inscrever aqui, ao menos de forma provisória, na rubrica “arqueologia da glória”. (AGAMBEN, 2011, p.186). Carl Schmitt procura esclarecer o significado constitutivo das aclamações no direito público, e faz isso justamente no capítulo dedicado à análise da “doutrina da democracia” (AGAMBEN, 2011, p. 283).

⁵ Sobre o desempenho pelos grupos religiosos segundo os atores externos – na maioria dos casos espontaneamente, já não há nenhuma questão específica a esse respeito – existia o reconhecimento de sua função ressocializadora: a abordagem religiosa levava à introspecção, ao auto-questionamento e à recuperação de uma visão moral da vida o que acarretava em mudanças de comportamento (BURITY & VAINSENER, 2005, p.103). Sobre o papel da religião nas democracias modernas cfr. BURITY & MACHADO, 200, p.11-20).

*pareceu-nos conveniente fazer aqui esta indicação, deixando a inteligências mais experimentadas e sutis o cuidado de ampliá-las e desenvolvê-las por completo*⁶.

Enfim, pensa-se que Agamben ouviu este convite e aceitou-o e teve como desafio estudar os mecanismos secretos da maior parte dos fenômenos humanos, reino, glória, poder, comunicação, quer dizer, dos trabalhos sobre a genealogia da passagem de conceitos religiosos para os políticos, Giorgi Agamben. E assim até aos nossos dias: foram longos anos a percorrer os caminhos da investigação filosófica e do diálogo como as outras áreas do saber (genealogia, administração, história, direito, teologia, política, economia) passo a passo em comprovação de uma verdade sobre questões negligenciadas em outras investigações e discussões acerca da natureza, insígnias e liturgias do poder, se não houvesse tantos pensadores empenhados em fazer pesquisas, não teríamos um potente catalisador nos debates cruciais para a nossa época.

Os perigos que nestes tempos o cidadão corre, são vários (disseram há pouco os pesquisadores e filósofos da França –Foucault e da Itália- Agamben); por exemplo, para Agamben, a política não interroga a vida das pessoas⁷. Não a vida biológica, a vida nua, que hoje está permanentemente em questão nos debates vãos sobre a bioética, mas as diferentes formas de vida, o modo em que cada um de nós se vincula a um uso, a um gesto, a uma prática.

Assim, é preciso dizer que, se cada século passado teve as suas questões candentes, também cadentes e candentíssimas as deve ter sem dúvida o século atual, a sociedade contemporânea. É de necessidade. E uma delas que vai nos reter muita atenção, é a questão das questões, a questão central, a questão incandescente, que despede faíscas só ao tocá-la, é a questão da Oikonomia, de um governo dos homens. Existe hoje algo que se chama Economia? Certamente e parece que nos demoremos na demonstração deste problema.

Segundo Salvani, ao estudar um objeto qualquer, depois da pergunta na *sit*? faziam os antigos escolásticos a seguinte: *Quid sit*. E esta é a de que nos vamos ocupar no parágrafo assegurar.

O que é a Economia? A palavra grega Oikonomia significa administração da casa. Napólis, a esfera da política, portanto, do poder político, dissocia-se da casa (oikia) e o político e o governante distinguem-se qualitativamente do oikonomos e do despótés, que se referem à esfera da administração doméstica e da família. Com o tempo, o poder político no Ocidente assumiu a forma de uma Oikonomia, ou seja, de um governo dos homens. Governar⁸, portanto, está relacionado à economia, à

⁶ SALVANI, 1946, p.34

⁷ Agamben explica que “Heidegger não pôde resolver o problema da técnica porque não conseguiu restituí-lo ao seu locus político. A economia do ser, seu desvelar-se epocalmente em um velar-se é – como a economia teológica – um arcano político, que corresponde ao ingresso do poder na figura do Governo. E política é a operação que resolve esse mistério, que desativa e torna inoperoso o dispositivo técnico-ontológico. A política não é custódia do ser e do divino, mas, nesse ser e nesse divino, a operação que desativa e cumpre sua economia” (Agamben, 2011, p. 275).

⁸ O segundo motivo parece aproximar-se mais de uma definição do governo e tem a ver com a oportunidade para que as coisas criadas por Deus alcancem seu fim: “A perfeição última de cada coisa consiste em atingir seu fim. Cabe, portanto, à bondade divina, que produziu as coisas, conduzi-las ao seu fim, e isso significa

administração dos homens e das coisas. Há, pois, no mundo atual uma certa coisa que se chama Oikonomia, quer dizer há doutrinas econômicas e há obras econômicas e por conseguinte há homens economistas, que são os que não só professam aquelas doutrinas, mas eles também praticam estas obras. Distendida fica esta tela e principiada série de grande e familiares questões do presente texto.

2 QUESTÕES DA CENTRAIS “DO REINO E A GLÓRIA”

Como se deu esta passagem⁹, quais os modos e motivos pelos quais o poder passou a adquirir este caráter? Esta é uma questão central na investigação de Giorgio Agamben, na obra “O Reino e a Glória¹⁰”.

Esta pergunta central de Agamben considera-se como resposta ao problema identificado e não saturado por Salvani na sua obra o *Liberalismo é Pecado* que diz o seguinte:

O Liberalismo, como sistema de doutrinas, pode chamar-se escola; como organização de adeptos para difundir-las e propagá-las; seita como agremiação de homens dedicados a fazê-las prevalecer na esfera do direito público, partido. Porém, ou se considere como escola, ou como seita, ou como partido, o Liberalismo oferece dentro da sua unidade lógica e específica vários graus ou matizes que o teólogo cristão convém estudar e expor¹¹.

Isso corresponde aquilo que Agamben fez na sua obra *Reino e a Glória*. Pensa-se que este deve ser o ponto de partida da reflexão de Agamben para as suas investigações ou para ele colocar esta pergunta central da sua pesquisa em sua obra.

No presente trabalho vai-se examinar de forma mais detalhada a questão seguinte: Quais são os motivos pelos quais o poder passou a adquirir este caráter? Parece-me que esta questão tem resposta em *Liberalismo é pecado*, que cita-se:

governar”. O significado genérico de governar é, pois, “conduzir as criaturas ao seu fim”. (AGAMBEN, 2011, p.148).

⁹ No século XIV, Egídio não pode negar um âmbito específico de ação do Estado, nem o direito à existência. O Estado é uma exigência da natureza, como diz a tradição aristotélico-tomista, à qual, porém, Egídio acrescenta: é exigência da natureza enquanto voltado para aquele que é o fim superior da natureza: a salvação do homem. [...] Sem o ordenamento à Igreja, tornar-se impossível pensar no Estado, seria o mesmo que abstrair-lo do universo. Para mais detalhes, ver ROMANO, 1989, p.16. Com isto a visão teológica aristotélico-tomista fica totalmente invertida. Em vez da ordem dos fins, tem-se agora o fim das ordens: não há mais aquela ordem que se vai construindo a partir do dinamismo intrínseco dos seres; sobra apenas a que lhes é imposta de fora e de cima.

Deixando de lado a inspiração aristotélico-tomista de uma ordem natural paralela à espiritual, Egídio vale-se de Agostinho, Bernardo, Dionísio e Hugo de São Vítor para, dentro de um esquema neoplatônico, retirar todo o espaço autónomo do temporal, colocando-o sob a dependência do espiritual, que o institui e lhe determina os limites. Consequentemente as premissas enunciadas, coloca o sumo pontífice no ápice de uma pirâmide, unificando nele todas as formas de poder, tanto eclesíásticas – que o papa exerce pessoalmente –, como as civis – que são exercidas por sua ordem.

Por fim acaba transformando a noção de domínio em um conceito religioso, enquanto o sacramento do baptismo é secularizado, funcionando como fundamento da ordem social. Com isso, sua tentativa de sacralizar o poder termina mundanizando a Igreja.

¹⁰ Ver também em http://boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-141-3&veiculo=La Repubblica.

¹¹ SALVANI, 1946, p. 23

Primeiro que tudo convém fazer notar que o Liberalismo é uno, isto é, constitui um organismo de erros perfeita e logicamente concatenados, razão por que se chama sistema. [...] Mas; apesar desta unidade lógica do sistema, os homens não são lógicos sempre; e isto produz dentro daquela mesma unidade a mais assombrosa variedade, o gradação de tintas. As doutrinas derivam necessariamente e por virtude própria uma das outras; os homens são porém são comumente ilógicos e inconseqüentes¹².

Na verdade o que encontramos neste trecho denso e difícil, claro e notavelmente lúcido, é o retrato de uma época liberal que, por muitas razões ainda é a nossa. Quer dizer, estamos diante de uma livro – de Salvani, *O liberalismo é pecado* que marcou uma época, ou seja, pela sua contemporaneidade, esta obra foi marcada pela sua capacidade de estar presente à sua época.

Porque há muitas variedades da família liberal (verdadeiros discípulos liberais e sectários ou partidários do Liberalismo). Ou seja, há liberais que aceitam os princípios, rejeitam porém as conseqüências, pelo menos, as mais duras e extremas. Outros, aceitam uma ou outra conseqüência, ou aplicação que lhes agrada, fazendo-se porém escrupulosos em aceitar radicalmente os princípios. Quereriam uns o Liberalismo aplicado ao ensino; outros à economia civil; outros apenas às formas políticas. Só os mais avançados apregoam as sua natural aplicação a tudo e para tudo¹³. [...] Fica pois averiguado, curioso leitor, que o Liberalismo é um só; há porem liberais, como o mau vizinho, de diferente cor e sabor¹⁴.

A reflexão de Salvani, mergulha nas correntes mais profundas do Liberalismo, para emergir num pensamento que capta o sentido de fenómenos políticos atuais como a máquina governamental (a trindade imanente e trindade económica), o poder mágico das aclamações e da liturgia, com vista a oferecer receitas de ação dando conselhos sobre a melhor escolha a fazer.

Assim pois, tanto os que hipocritamente batizaram em Cadiz o seu Liberalismo com a invocação da Santíssima Trindade, como os que nestes últimos tempos lhe deram por emblema: - Guerra a Deus! estão todos dentro da tal escala liberal; e a prova é que todos aceitam e em última análise invocam este denominador comum. O critério liberal ou independente é um entre eles, ainda que seja em cada um mais ou menos acentuadas as aplicações¹⁵.

O filósofo Agamben investiga a relação entre Oikonomia e Glória, isto é, “entre o poder como governo e gestão eficaz e o poder como realeza cerimonial e litúrgica”. Parece-nos que este aspecto identificado por Salvani levou Agamben a levantar questões negligenciadas em outros estudiosos das insígnias e liturgias do poder.

O autor do *Liberalismo é Pecado* (1949), Salvani que ao se considerar o Liberalismo como sistema de doutrinas, pode chamar-se de escola; como organização de adeptos para difundi-las e propaga-las (penso que é alusão inicial dos mídia no pensamento de Salvani); seita como agremiação de homens dedicados a fazê-las prevalecer na esfera do direito, partido (aqui se espelha uma luz que vai iluminar as investigações de Agamben. O filósofo italiano vai investigar a relação entre

¹² SALVANI, 1946, p. 23-24

¹³ SALVANI, 1946 p. 25

¹⁴ SALVANI, 1946, p. 26.

¹⁵ SALVANI, p. 25-26

Oikonomia e Glória, isto é, “entre o poder como governo e gestão eficaz e o poder como realza cerimonial e litúrgica”).

Porém, ou se considere, como escola, ou como seita, ou como partido, o Liberalismo oferece dentro da sua unidade lógica e específica vários graus ou matizes que ao teólogo cristão convém estudar e expor. Esta lacuna leva Agamben a levantar e estudar durante 13 anos questões negligenciadas em outros estudiosos das insígnias e liturgias do poder: a) porque o poder precisa de glória? b) Se é essencialmente força e capacidade de ação e governo, porque assume a forma rígida, embaraçosa e “gloriosa” das cerimônias, das aclamações e dos protocolos? Qual é a relação entre a economia e a glória?

Em suma a tese agambeneana segundo a qual “a relação entre o teológico e o político não é unívoca”¹⁶ não é novidade na filosofia contemporânea, pois ela já se insere na unidade lógica específica do Liberalismo dos séculos XIX – XX, com seus vários graus ou matizes. Daí que esse ponto é verdadeiramente decisivo na medida Salvani em que na sua obra, mais adiante volta a expor as várias unidades lógicas específicas do liberalismo, isto é, os diferentes graus que pode haver e há dentro da unidade específica do liberalismo. Assim, nesta sessão do trabalho pretende-se responder a interrogações tais como:

“Por que o poder precisa de glória? Se é essencialmente força e capacidade de ação e governo, por que assume a forma rígida, embaraçosa e “gloriosa” das cerimônias, das aclamações e dos protocolos? Qual é a relação entre economia e Glória?”¹⁷

As respostas serão dadas à luz de Salvani e de outros autores. O ponto de partida das investigações de Agamben é a reconstrução genealógica dos paradigmas políticos derivados da teologia cristã, paradigmas que são contraditórios¹⁸, porém, ponto de vista funcional, conexos¹⁹:

¹⁶ Tanto as investigações de Kantorowicz quanto as de Alföldi e de Schramm mostram que a relação entre o teológico e o político não é unívoca, mas corre sempre nos dois sentidos. Jan Assmann, egiptólogo que, depois de ter trabalhado com as doxologias egípcias, fez investigações, por sugestão de Jacob Taubes, sobre a teologia política no Egito e no judaísmo, reformulou o teorema de Carl Schmitt, segundo o qual “todos os conceitos significativos da teoria do Estado moderna [Schmitt havia escrito, para sermos mais precisos, Staatslehre, ‘ciência do Estado’] são conceitos teológicos secularizados”, trocou-o pelo axioma segundo o qual “os conceitos significativos da teologia são conceitos políticos teologizados”. De certo modo, porém, toda inversão de uma tese continua secretamente solidária com a tese invertida. Portanto, mais interessante que tomar partido por uma ou outra é tentar compreender a relação funcional que, em ambas, liga estreitamente os dois princípios (AGAMBEN, 2011, p. 213).

¹⁷ AGAMBEN, 2011, p.10.

¹⁸ O exercício político como acúmulo pessoal de poder – mesmo na Igreja – é incompatível com a experiência mística. “... o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve.” (Lucas 22,25-26), cfr. BETTO, 2006, p 294. Fora disso, ainda que com o título de democracia, o que há são estruturas idolátricas de poder, pois se impõem ao povo como forças onipotentes, oniscientes e onipresentes. Para o político que usufrui delas, a política é uma perversa maneira de pretender se comparar a Deus. É o Olimpo no qual o desejável se torna possível. (BETTO, 2006, p.244; 295). De todas as incongruências e antinomias que se encontram nas escalas média do liberalismo, a mais repugnante de todas e a mais odiosa é a que a que pretende nada menos que a união do Liberalismo com Catolicismo, para formar o que se conhece na história dos modernos desvarios pelo nome de Liberalismo Católico ou Catolicismo Liberal (SALVANI, 1946, p. 27).

Para Salvani, “O Liberalismo teve sua época de moda e prestígio, que graças ao céu, vai passando ou já passou”. Concordo plenamente com Agamben em acreditar que o Liberalismo não passou, sobreviveu dos

A teologia política, que fundamenta no único Deus a transcendência do poder soberano²⁰, e a teologia econômica, que substitui aquela pela ideia de uma *oikonomia*²¹, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido restrito – tanto da vida divina como da vida humana. Do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; do segundo, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia²² e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida humana²³.

ataques da Igreja com todos seus paradigmas contraditórios até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida humana (AGAMBEN, p.13). Isto é, o paradigma teológico transmuta-se em paradigmas de significados políticos.

¹⁹ Não faltam alguns que tentam fazer alianças entre a luz e as trevas, e pactuação entre a justiça e a iniquidade, a favor das doutrinas chamadas, católico-liberais, que, baseadas em perniciosíssimos princípios, se mostram favoráveis às invasões do poder secular nos negócios espirituais, e inclinam seus sequazes a abraçar ou tolerar leis iníquas, como se não estivesse escrito que ninguém pode servir ao mesmo tempo a dois senhores (SALVANI, 1946, p.39). Para Cassirer, a filosofia medieval podia explicar facilmente todos os defeitos inerentes e necessários da ordem social. Isso porque, apesar da sua grande tarefa ética, o Estado não podia ser considerado um bem absurdo. Os pensadores medievais podiam aceitar muito bem a doutrina estoica da existência de uma grande república – tanto para Deus como para os homens. Estavam igualmente convencidos de que a ordem espiritual e a ordem secular, não obstante suas diferenças, constituíam um todo orgânico (CASSIRER, 1976, p.125). A Igreja primitiva não elaborou uma Filosofia Social e uniforme. A estrutura social, dentro e fora da Igreja, estava separada por um profundo abismo. Mas o progresso do pensamento medieval lançou uma ponte entre um lado e outro desse abismo. O *corpus Christianum* era concebido, cada vez mais, simultaneamente, um *corpus mysticum*.

A despeito das diferenças e oposições entre suas partes, existia – como disse S. Tomás de Aquino – uma *ordinatio ad unum* e as forças divergentes e contrárias estavam dirigidas a um objetivo comum. Este *principium universalis* nunca foi esquecido. A totalidade da humanidade apresentou-se como um só Estado, fundado e governado monarquicamente por Deus, e cada unidade parcial, eclesiástica ou secular, recebia o seu direito dessa unidade primitiva (CASSIRER, 1976, p. 125).

Dante deu a essa concepção a sua mais clara e impressionante expressão. Em seu tratado *A Monarquia*, o Estado foi elevado ao seu mais alto nível. Não só era justificado, mas também enaltecido e glorificado (CASSIRER, 1976, p.125). Foi declarado necessário para a segurança e o proveito do mundo. O governo, diz o primitivo pensador cristão Irineu no século II, tornou-se necessário porque os homens afastaram de Deus, e odiaram os seus semelhantes e caíram na desordem e em toda espécie de confusão. E por isso Deus voltou uns contra outros, impôs ao homem o temor dos outros homens, para que por esse meio eles sejam compelidos a se tornarem, em certa medida, justos e honestos nas suas relações (CASSIRER, 1976, p. 126).

²⁰ O poder papal institui o temporal, isto é, faz parte do patrimônio comum medieval afirmar que a autoridade religiosa, por referir-se à salvação, possui uma dignidade maior que a autoridade civil (ROMANO, 1989, p.17). Pois o rei, o imperador e todo o cristão deve ouvir o papa em questões de fé. Estas competem à alçada religiosa e não civil. Egídio reforça este ponto de vista, ao anotar quatro razões que demonstra a superioridade da autoridade sacerdotal sobre a real: 1) porque esta paga dízimos àquela, e pagar dízimos é uma forma de reconhecer dependência. 2) porque a autoridade sacerdotal abençoa e sagra a real. 3) porque o sacerdócio precedeu o reino temporariamente quanto à instituição. 4) enfim, porque, no governo das coisas, o corporal é regido pelo espiritual. Estas razões, porém, são deduções de um argumento maior: o que cabe à autoridade religiosa instituir a civil.

²¹ “A questão que Salvani coloca é: em que consiste principalmente, a razão intrínseca do chamado liberalismo católico ou catolicismo liberal? Consiste no num falso conceito do ato de fé. Os católicos liberais fundamentam todos os motivos da sua fé não na autoridade de Deus – mas na livre apreciação de um juízo individual, que lhes dita ser melhor uma crença que outra qualquer. Não querem reconhecer o magistério da Igreja, único autorizado por Deus para propor aos fiéis a doutrina revelada e determinar-lhe o sentido genuíno; antes arvorando-se eles em juízes da doutrina admitem a parte que bem lhes parece, reservando-se não obstante o direito de crer na contrária, sempre que razões aparentes pareçam provar-lhes ser hoje falso o que ontem aceitavam como verdadeiro” (SALVANI, 1946, p. 29)

²² Na ótica de Salvani, tais governos podem ser perfeita e integralmente católicos. Como aceitem acima da sua própria soberania a de Deus, e reconheçam havê-la recebido d’Ele, e se sujeitem em seu exercício ao critério individual da lei cristã e dêem por indiscutível em seus em seus Parlamentos tudo o que for definido pela Igreja, e reconheçam como base do direito público em tudo o que é da sua competência, - tais governos são

O paradigma teológico²⁴ transmuta-se em paradigmas de significados políticos. Se observarmos bem, muito do que consideramos essencialmente pertinente à esfera da política na atualidade mostrar-se-á de origem teológica²⁵. Ainda que laicizada, a política bebe em fontes teológicas medievais²⁶. Torna-se necessário, portanto, estudar a evolução do significado semântico – e influência – da oikonomia. Isto pressupõe o estudo das fontes originais que produziram os paradigmas que norteiam a política moderna. O autor analisa os fundamentos teológicos da política, desvendar o “mistério da economia” e encontrar respostas para os problemas teóricos que dizem respeito à natureza do poder político. Ao identificar na Glória o segredo central do poder e interrogar-se sobre o nexos indissolúvel que o vincula ao governo e à

verdadeiramente católicos e nada lhes pode lançar em rosto o mais exigente ultramontanismo, porque são verdadeiramente ultramontanos (SALVANI, 1946, p. 46).

²³ SALVANI, 1946, p.13. Sendo essencialmente naturalista o conceito primário da fé, segue-se daí que há de ser naturalista todo o seu desenvolvimento no indivíduo e na sociedade. Daí o apreciar-se a Igreja, principal e quase exclusivamente às vezes, pelas vantagens de cultura e civilização que proporciona aos povos, esquecendo e quase nunca citando para nada o seu fim primário sobrenatural, que é a glorificação de Deus e a salvação das almas (SALVANI, 1946, p.30).

²⁴ Riley mostra que a vontade geral em Rousseau pode ser definida sem sombra de dúvida como uma secularização da categoria correspondente em Malebranche e que, mais em geral, o pensamento teológico francês, de Arnaud a Pascal, de Malebranche a Fénelon, deixou marcas consistentes em toda a obra de Rousseau; mas em que medida isso pudesse determinar o deslocamento de um paradigma teológico inteiro para o âmbito político é algo que parece ter ficado longe de suas preocupações (AGABEN, 2011, p.298).

²⁵ “Não há nada mais político do que dizer que a religião nada tem a ver com a política” diz o bispo sul-africano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz. Na América Latina, não se pode separar fé e política, assim como não seria possível fazê-lo na Palestina do século I. Na terra de Jesus, detinha o poder político quem tinha em mãos também o religioso. E vice-versa. Talvez soasse estranho, hoje, a certos ouvidos introduzir a leitura do Evangelho falando dos atuais chefes de Estado (BETTO, 2006, p.285).

²⁶ “Este funesto erro teve princípio num desejo exagerado de estabelecer uma conciliação e paz entre doutrinas, que forçosamente e por sua essência são inconciliáveis e inimigas” (SALVANI, 1946, p.27).

Por sua vez Frei Betto considera que o fato de fé e política estarem sempre associadas em nossas vidas concretas, como seres sociais que somos – ou animais políticos, na expressão de Aristóteles –, não deve constituir uma novidade senão para aqueles que se deixam iludir por uma leitura fundamentalista da Bíblia, que pretende desencarnar o que Deus quis encarnado. A fé é um dom divino a quem vive neste mundo. No céu, será vã, pois se verá Deus face a face. Portanto, a fé é um dom politicamente encarnado, que se justifica nessa conflitividade histórica, na qual somos chamados, pela graça, a distinguir o projeto salvífico de Deus (BETTO, 2006 p.286). Segundo este autor, nem mesmo em Jesus é possível ignorar a íntima relação entre fé e política, ainda que para alguns cristãos pareça estranho aplicar certas categorias àquele que nos assegura, por sua ressurreição, a vitória, em última instância, da vida sobre a morte e da justiça sobre a injustiça.

Há quem insista que Jesus se restringiu a comunicar-nos uma mensagem religiosa que nada tem de política ou ideologia. Tal leitura só é possível se reduzida a exegese bíblica à pescaria de versículos, arrancando os textos de seus contextos. Ora, não é só o texto que revela a Palavra de Deus, também o contexto social, político, econômico e ideológico, no qual se desenrolou a prática evangelizadora de Jesus. Todos nós, cristãos, somos inelutavelmente discípulos de um prisioneiro político. Mesmo que na consciência de Jesus houvesse apenas motivações religiosas, sua aliança com os oprimidos, seu projeto de vida para todos (João 10,10) tiveram objetivas implicações políticas. Por isso, não morreu na cama, mas na cruz, condenado por dois processos políticos (BETTO, 2006, p. 287).

A vida de Jesus não busca a reclusão dos monges essênios e nem se pauta pela prática penitencial de João Batista (Mateus 9,14-15). Engaja-se na conflitividade da Palestina de seu tempo. O Filho revela o Pai andando pelos caminhos e, seguido por apóstolos, discípulos e mulheres, acolhe pobres, famintos, doentes e pecadores; desmascara escribas e fariseus; cerca-se de multidões; faz-se presença incômoda nas grandes festas em Jerusalém; enfim, é perseguido e assassinado na cruz como prisioneiro político (BETTO, 2006 p.287). Dentro dessa atividade pastoral, com fortes repercussões políticas, Jesus revela-se místico, ou seja, alguém que vive apaixonadamente a intimidade amorosa de Deus, a quem trata por Abba – termo aramaico que exprime muita familiaridade, como o nosso “papa” (Marcos 14,36). Seu encontro com o Pai não exige o afastamento da pólis, mas sim abertura de coração à vontade divina (BETTO, 2006, p. 294).

oikonomia²⁷, Agamben chama a atenção para o significado moderno da opinião pública e do consenso enquanto formas modernas de aclamação e glorificação do poder. Eis um aspecto que revela o significado e a importância dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Como salienta o autor:

Se os meios de comunicação são tão importantes nas sociedades modernas, isso não se deve apenas ao fato de permitirem o controle e o governo da opinião pública²⁸, mas também e sobretudo porque administram e dispensam a Glória, aquele aspecto aclamativo e doxológico do poder²⁹ que na modernidade parecia ter desaparecido. A sociedade do espetáculo – se denominarmos assim democracias contemporâneas – é, desse ponto de vista, uma sociedade em que o poder em seu aspecto “glorioso” se trona indiscernível com relação à oikonomia e ao governo.

Agamben responde a Salvani: “O Liberalismo é o dogma da independência absoluta da razão individual e social: o Catolicismo é o dogma da sujeição absoluta da razão da razão individual e social à lei de Deus. *Como conciliar o sim e o não de tão opostas doutrinas*”? Para Salvani, aos fundadores do Liberalismo católico pareceu coisa fácil. Excogitaram uma razão individual ligada à lei do Evangelho, porém, coexistindo com ela uma razão pública ou social livre de toda a coerção. Disseram:

O Estado como tal não deve ter religião, ou deve tê-la somente até certo ponto, que não vá incomodar os que não queiram tê-la. Assim, pois, o cidadão particular deve sujeitar-se à revelação de Jesus Cristo; porém o homem público, como tal, portar-se como se para ele não existira a dita revelação³⁰.

²⁷ No capítulo XI do Liberalismo é Pecado, Salvani trata da última e mais solene condenação do Liberalismo pelo Syllabus. Seja, ele resume o que em documentos distintos disse o Papa com respeito ao Liberalismo, apenas limita-se a indicar os duríssimos epítetos com que em diferentes ocasiões o classificou: pacto entre a injustiça e a iniquidade; mais funesto que um inimigo declarado; vírus oculto; erro insidioso e solapado; peste perniciosíssima (SALVANI, 1946, p.42). Para salvani, ao condenar o Liberalismo como Pecado, ao interrogar-se sobre que é o Liberalismo, ele vai apresentar os nexos indissolúveis que o vincula ao governo e à oikonomia: um governo, de qualquer forma que seja, é católico, se baseia a sua Constituição, a sua legislação e a sua política em princípios católicos; é liberal, se baseia a sua Constituição, a sua legislação e a sua política em princípios racionalistas (SALVANI, 1946, p.46). A natureza essencial de uma legislação ou constituição não está em legislar o rei na monarquia, ou o povo na república, ou ambos nas formas mistas; mas sim em que tudo se faça ou não, segundo o selo imutável da fé, conforme o que aos Estados como aos indivíduos manda a lei cristã. (SALVANI, 1946, p.46).

²⁸ Salvani faz uma distinção importante entre o liberalismo prático e o liberalismo especulativo ou doutrinal. O liberalismo doutrinal consiste em negar franca e redondamente a existência de Deus, pretendendo anular ou desconhecer as provas irrefragáveis em que se fundamenta. O liberalismo especulativo consiste em viver e obrar, sem negar a existência de Deus, porém como se Deus realmente não existira.

³⁰ SALVANI, 1946, p.28. Salvani comenta: “Não chegaram a ver estes esclarecidos sofistas, que, se a razão era obrigada a submeter-se a razão individual era obrigada a submeter-se à lei de Deus, não podia declarar-se isenta dela a razão pública ou social sem cair num dualismo extravagante, que submete o homem a lei de dois critérios opostos e de duas opostas consciências. Pois que a distinção do homem, em particular e cidadão, obrigando-o no primeiro caso a ser cristão e permitindo-lhe ser ateu no segundo, cai imediatamente por si sob o peso esmagador da lógica integralmente católica. (SALVANI, 1946, p.28). É neste sentido e com estas palavras de Salvani já responde a seguinte pergunta agambeniana: Como se deu esta passagem, quais os modos e motivos pelos quais o poder passou a adquirir este caráter, a saber, esta é uma questão central na investigação de Giorgio Agamben, na obra “O Reino e a Glória”. Salvani continua: Ficou todavia desta brilhante, porém funestíssima, escola um outro discípulo tardio, que, não se atrevendo já a sustentar paladinamente a teoria católico-liberal, de que fora outrora fervoroso panegirista, segue-a contudo, obedecendo-lhe ainda na prática, talvez sem se aperceber de que se propõe pescar com redes, que, por velhas e conhecidas, o diabo mandou já recolher (SALVANI, 1946, p. 28).

Segundo Salvani, desta maneira forjaram a célebre fórmula: *A Igreja livre no Estado livre*, fórmula para cuja propagação e defesa se ajuramentaram em França vários católicos insignes, entre eles um ilustre Prelado; fórmula, que devia ser suspeita, desde que a tomou Cavour para arvorá-la em bandeira da revolução italiana contra o poder temporal da Santa Sé; fórmula, de que, *apesar do seu evidente desastre, não consta que seus autores se hajam retratado ainda*.

Conseqüentemente, Agamben após reconstruir minuciosamente a história do paradigma teológico-econômico, isto é, da tensão entre gloria e gubernatio, Giorgio Agamben analisa a articulação entre Reino e Governo. Neste ponto, ele destaca a relevância das aclamações, cerimoniais, liturgias e insígnias na antiguidade, como se manifestam na era cristã-medieval e os modos como são incorporados à política. Trata-se, sobretudo, de uma análise da liturgia do poder, ou seja, de como o aspecto laico e secular da política é sacralizado. Rompe-se, assim, a dicotomia entre teologia e política, entre poder espiritual e poder profano³¹. A Glória aproxima e faz coincidir estes aspectos geralmente apresentados como contraditórios e opostos.

A relação entre o teológico e o político não é unívoca. Em outras palavras, “a teologia da glória constitui o ponto de contato secreto pelo qual teologia e política se comunicam e trocam papéis entre si”³². Thomas Mann, no romance *José e seus irmãos*, nota que “religião e política não são duas coisas fundamentalmente diferentes, mas, ao contrário, “na verdade, trocam as vestes entre si”³³. Ao analisar as obras dos autores que se dedicaram ao estudo dos aspectos cerimoniais que configuram a liturgia do poder, Agamben retoma as questões que orientam sua investigação. Por que hesitar em formular a pergunta sobre a relação íntima entre poder e glória?

³¹ A glória é precisamente o lugar em que esse caráter bilateral (ou biunívoco) da relação entre teologia e política aparece com mais evidência. Louis Bréhier, um dos primeiros estudiosos interessados no intercâmbio entre culto imperial e liturgia eclesiástica, observa não sem ironia que, “quando o papa, no decurso dos séculos VI e VII, vai a Constantinopla, o imperador o adora, mas ele, por sua vez, adora o imperador. Da mesma maneira, no século X, o imperador e o patriarca adoram-se um ao outro quando se encontram em Santa Sofia” (AGAMBEN, 2011, p. 13)

Mais original – ou melhor, mais decisiva – do que a contraposição entre teologia e política, entre poder espiritual e poder profano, é a glória em que coincidem. Aquilo que na perspectiva da teologia política schmittiana (ou de sua inversão em Assmann) aparecia como clara distinção entre dois princípios, que encontram depois na secularização (ou na sacralização) seu ponto de contato, na perspectiva da glória – e da teologia econômica de que faz parte – ingressa em um limiar de indeterminação, em que nem sempre é fácil distinguir entre os dois elementos. Nesse sentido, a teologia da glória constitui o ponto de contato secreto pelo qual teologia e política incessantemente se comunicam e trocam seus papéis entre si (AGAMBEN, 2011, p. 13).

³² “... e o que governa como aquele que serve.” Nessa dimensão evangélica a política é compatível com a mística, pois as exigências fundamentais coincidem: descentralização de si nos outros, fidelidade à vontade alheia e humildade no compromisso com a verdade. Inúmeros militantes políticos, sobretudo quando ainda não chegaram ao poder, vivem essa mística, a ponto de aceitarem, na tortura, antes morrer do que trair a causa abraçada (BETTO, 2006, p.290).

³³ Cfr. AGAMBEN, 2011, p.214. Por conseguinte, nada tem que ver com ser liberal ou não ser, com o horror natural, que todo o homem deve professar à arbitrariedade e à tirania, com o desejo da igualdade entre os cidadãos, e muito menos com o espírito de tolerância e generosidade, que (em sua devida aceção) não são mais que virtudes cristãs. E não obstante, tudo isto na linguagem de certa gente e também de certos periódicos se chama liberalismo (SALVANI, 1946, p.47).

Pois, se o poder é essencialmente força e ação eficaz, por que necessita receber aclamações rituais e cantos de louvor, vestir coroas e tiaras incômodas³⁴, submeter-se a um impraticável cerimonial e a um protocolo imutável, em suma, imobilizar-se hieraticamente na glória, ele que é essencialmente operatividade e oikonomia?

É preciso analisar como se dá a conexão entre o poder e a glória. Trata-se de indagar-se sobre as formas de glorificação do poder. Para tanto, o autor se detém sobre a arqueologia da glória. Ele observa que a função essencial da glória parece superada – ou simplificada e reduzida ao mínimo. Dessa forma, os fatores de glorificação do poder, tão evidentes em outras épocas históricas, parecem objetos e manifestações de um passado superado: “as coroas, os tronos e os cetros são conservados nas vitrines dos museus ou dos tesouros, e as aclamações, que tiveram tanta importância para a função gloriosa do poder, parecem ter quase desaparecido”. Mesmo os gritos fervorosos Heil Hitler na Alemanha nazista, ou Duce duce na Itália fascista, “parecem hoje fazer parte de um passado longínquo irrevogável”. Não obstante, a exemplo do autor, devemos nos perguntar: “é realmente assim?”.

O poder permanece vinculado a cerimoniais, rituais, símbolos, etc. Por sua vez, a glorificação pelos gestos unânimes das aclamações, característica dos regimes políticos autoritários, assumiu novos significados nas democracias modernas. Ou seja, a esfera da glória³⁵ deslocou-se para o âmbito da opinião pública³⁶. Para Giorgio Agamben:

O que está em questão é nada menos que uma nova e inaudita concentração, multiplicação e disseminação da função da glória como centro do sistema político. O que ficava confinado às esferas da liturgia e dos cerimoniais concentra-se agora na mídia e, por meio dela, difunde-se e penetra em cada instante e em cada âmbito, tanto público quanto privado, da sociedade. A democracia contemporânea é uma democracia inteiramente fundada na glória, ou seja, na eficácia da aclamação, multiplicada e disseminada pela mídia além do que se possa imaginar (que o termo grego para glória – doxa – seja o mesmo que designa hoje a opinião é, desse ponto de vista, mais que mera coincidência)³⁷.

A democracia moderna, democracia consensual – government by consent – ou, como denominou Guy Debord, “sociedade do espetáculo”³⁸, pressupõe e exige a construção do consentimento. O consenso repousa e nos remete às aclamações, isto é, às formas midiáticas de glorificar o poder.

³⁴ Assim como nos indivíduos pode ser igualmente católico um rei com a sua púrpura, um nobre com os seus braços, um trabalhador com a sua blusa de algodão; assim os Estados podem ser católicos, seja qual for a classificação que se lhes dê no quadro sinótico das formas governativas. (Salvani, 1946, p.46).

³⁵ Assim, interrogaremos não a glória, mas a glorificação, não a doxa, mas o doxazein e o doxazestai (AGAMBEN, 2011, p.216).

³⁶ Nas democracias contemporâneas, a aclamação sobrevive, segundo Schmitt, na esfera da opinião pública, e só partindo do vínculo constitutivo entre povo, aclamação e opinião pública é possível reintegrar em seus direitos o conceito de publicidade, hoje “bastante ofuscado, mas essencial para toda a vida política e, em particular, para a democracia moderna”. A opinião pública é a forma moderna da aclamação. É talvez uma forma difusa e seu problema não é resolvido nem do ponto de vista sociológico nem do ponto de vista do direito público. Mas é precisamente no fato de poder ser entendida como aclamação que se encontra sua essência e seu significado político. Não há nenhuma democracia e nenhum

Estado sem opinião pública, assim como não há Estado sem aclamação (AGAMBEN, 2011, p. 277).

³⁷ AGAMBEN, 2011, p.278

³⁸ AGAMBEN, 2011, p.10; 281

A leitura de “O Reino e a Glória”, foi estimulante e importante para a reflexão e compreensão desta dinâmica, suas fontes e fundamentos teológicos, o nexos entre glória e poder, entre teologia e política, a sacralização da política, a função da mídia nas democracias contemporâneas. Entretanto, não foi uma obra de fácil leitura e comparação com as outras obras que tratam dos mesmos temas apresentados por Agamben.

3 CONCLUSÃO

Nota-se que a novidade deste trabalho consiste em que investigar os motivos principais que levaram Agamben a escrever a sua obra O Reino e a Glória.

Precisou-se de identificar algumas influências directas e indirectas de pensamento do pensamento de Agamben tendo como ponto de partida a leitura de autores raros como Salvani que são pouco conhecidos e que não aparecem na obra de Agamben. Mostrou-se como quase todas as questões levantadas por Agamben foram respondidas a 3 séculos atrás.

No texto, Sublinhou –se a necessidade de uma conversa pública sobre o que queremos e o que podemos razoavelmente esperar da economia. Quer dizer, se vai haver um novo regime regulatório ele deve guiar-se por objetivos que foram crítica e publicamente discutidos e que vão para além de evitar o desastre e apoiar o crescimento. Pese embora, os economistas reconhecem outras referências: desemprego, inflação, produtividade, equilíbrio comercial, deficit fiscal, e o índice Gini da desigualdade. Podemos estabelecer objetivos de performance muito mais explícitos para a economia, na medida em que a graça não destrói a natureza; aperfeiçoa-a. Apesar da Queda, o homem não perdeu a faculdade de usar suas forças devidamente, preparando-se assim para a sua própria salvação. Ele não desempenha um papel passivo no grande drama religioso; a sua contribuição ativa é reclamada, e, na verdade, é indispensável. Na concepção, a vida política do homem ganhou uma nova dignidade. O Estado terreno e a Cidade de Deus já não são pólos opostos; relacionam-se e complementam-se um ao outro. Deus continua a ser a causa do Estado³⁹. Tal como Agamben, também Maquiavel não se ocupava com os aspectos particulares de uma dada época, mas procurava os aspectos recorrentes, esses fatos que sempre são iguais em todos os tempos. Temos uma concepção individualista da história; Maquiavel tinha concepção universalista.

Pensamos que a história nunca se repete; ele pensa que a história se repete continuamente. Quem quer comparar o presente com o passado diz ele,

Perceberá imediatamente que em todas as cidades e em todas as nações prevalecem os mesmos desejos e paixões que prevaleceram em todos os tempos; por essa razão, deve ser fácil para aquele que examina cuidadosamente os fatos do passado prever os acontecimentos que se sucederão em qualquer república e aplicar os mesmos remédios que os antigos utilizaram em casos análogos. ... Mas dando-se que essas lições são negligenciadas ou não compreendidas pelos leitores, ou ainda se

³⁹ CASSIRER, 1976, P.132-133

compreendidas por eles, são desconhecidas pelos governantes, sucede que as mesmas desordens se repetem em todos os tempos⁴⁰.

Aquele que prevê o que está para acontecer deveria, por conseguinte, olhar sempre para o passado; porque todos os acontecimentos humanos, presentes ou vindouros, têm a sua réplica exata no passado. “E isso porque esses acontecimentos são provocados pelos homens, cujas paixões e disposições, permanecendo as mesmas em todos os tempos, dão naturalmente lugar aos mesmos efeitos”⁴¹. Conclui-se desta perspectiva estática da história humana que todos os acontecimentos históricos são permutáveis. Fisicamente ocupam lugar definido no espaço e no tempo; mas o seu sentido e o seu caráter permanecem invariáveis. Enfim defende-se que “Pecado é este em que se contém todas as negações”.

⁴⁰ CASSIRER, 1976. P.143

⁴¹ CASSIRER, 1976, p.143

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BETTO, F. *A Mosca Azul: Reflexão Sobre o Poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BURITY, J. A.; MACHADO, M. das D. C., *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2005.

BURITY, J. A.; VAINSENER, S. A. *Escuridão no fim do túnel: o cotidiano das famílias de presos no estado de Pernambuco*. Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2005.

CASSIRER, E. *O Mito do Estado*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARCOALDI, F. *Em que cremos?*

Disponível em: <http://boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-141-3&veiculo=La Repubblica>. Acesso em: 25 set. 2013.

OCKHAM, G. de. *Breviário Sobre o Principado Tirânico*. Tradução Luis A. De Boni. Petrópolis: Vozes, 1988.

RIBEIRO, A. P. . Disponível em: <<http://www.antoniopintoribeiro.com/cms/?o-economismo-e-769;-uma-forma-de-etnocentrismo,90>>. Acesso em: 25 set. 2013.

ROMANO, E. *Sobre o Poder Eclesiástico*. Tradução Cléa Pitt B. Goldman Vel Lejabman Luis A. De Boni. Petrópolis: Vozes, 1989.

SALVANI, D.; SARDÁ, F. *O Liberalismo é Pecado*. São Paulo: Panorama, 1949.